# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

## *Acta da primeira sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Aljezur*

**

**LOCAL:** *Sala de Sessões dos Paços do Município*

**DATA:** *27 de Fevereiro de 2009*

**INÍCIO:** *20:30 horas*

**ENCERRAMENTO:** *23.10 horas*

*

**CONSTITUIÇÃO DA MESA:**
*Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente*
*Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário*
*Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário*

**MEMBROS PRESENTES:**
*António Manuel Guerreiro Lopes, Johannes Alexander Schydlo, José Carlos Pacheco da Silva, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Manuel Alberto Santinho Cristo, Francisco António Baptista Ferreira, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, Ana Maria Ferreira Santos, José Manuel dos Santos Marreiros e Eliezer João Candeias*

*

**ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTES MEMBROS:**
*Sérgio Manuel da Silva Santos, Henrique Manuel Ramos Henriques, Vítor Manuel da Encarnação Vicente e Fernando Manuel Costa Rosa*

*

**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO:**
*António José Duarte Oliveira Rosa*

*

**ABERTURA DA SESSÃO** – *Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:30 horas*

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### PONTO NÚMERO UM

***APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES***: – *Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de Setembro de dois mil e oito.------*
*Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.----------*
*Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia trinta e um de Outubro de dois mil e oito.----------*
*Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Johannes Schydlo e Rosa Cigarra.----------*
*Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia vinte e um de Novembro de dois mil e oito.----------*
*Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do membro Licínia Rodrigues.----------*
*Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dezanove de Dezembro de dois mil e oito.----------*
*Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do membro Manuel Rosendo.----------*

### PONTO NÚMERO DOIS

**LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**: – *Não houve qualquer correspondência para ser lida, e não foram prestadas informações e esclarecimentos.----------*

### PONTO NÚMERO TRÊS

***OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO***: – *A Senhora Presidente da Assembleia informou os restantes membros que tinha recebido um e-mail acerca da construção do matadouro no Algarve, tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara em que fase é que se encontra esse assunto?-------*
*O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal de Aljezur sempre se manifestou pela necessidade de construção de um matadouro no barlavento, nomeadamente, para os Municípios de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, mas em moldes diferentes dos outros, pois têm-se construído matadouros grandes em Portugal e todos têm fechado. ----------*
*Disse ainda que, já tinha enviado duas comunicações para a Direcção Regional de Agricultura, a última há cerca de um mês, a solicitar ao Senhor Director Regional que informe acerca das iniciativas que o Ministério da Agricultura vai tomar para providenciar a construção de um matadouro no Barlavento Algarvio. Entretanto continua a aguardar a resposta.----------*
*A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se, assim, todos os abates dos Municípios do Algarve são canalizados para o distrito de Beja?----------*
*O Senhor Presidente da Câmara disse que sim, enquanto o matadouro de Beja funcionar.----------*
*O Senhor Presidente da Câmara referiu já ter informado que o Município de Aljezur tinha terreno para a construção de um matadouro que servisse o Barlavento, sendo que, depois deveria ser construído outro para o Sotavento e com molde de gestão diferente, à semelhança dos antigos matadouros municipais, que tinham poucos encargos uma vez que o trabalho era efectuado pelo próprio pessoal operário.----------*
*A Senhora Presidente da Assembleia disse saber que a obra não é da Câmara mas sim da Junta de Freguesia de Aljezur, perguntando no entanto, que obras estavam a ser efectuadas nas casas de banho, sitas no parque de estacionamento junto às Finanças?----------*
*O Senhor José Marreiros informou que já estava executada a rampa de acesso às instalações, faltando apenas instalar o varão de segurança e, posteriormente irá*

ser efectuada a remodelação das instalações sanitárias, em duas fases.----------
O Senhor António Lopes disse ter ouvido dizer que a Câmara tinha a intenção, de desactivar o Mercado Municipal de Aljezur, porque havia pessoas interessadas em ficar com as bancas e a Câmara nunca deu seguimento a esses pedidos. Disse ainda que é muito triste que neste momento apenas se encontrem duas bancas a funcionar.----------

**O SENHOR SÉRGIO MANUEL DA SILVA SANTOS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**----------

O Senhor Presidente da Câmara disse que, em relação às bancas, nada tinha sido falado acerca disso. Disse saber que o concurso já tinha sido aberto e que já tinham sido atribuídas seis bancas. Quanto à ideia de desactivar o Mercado, isso nunca foi ponderado pela Câmara. O que está a ser repensado é a hipótese de construir um mercado novo.----------
Esclareceu ainda que, presentemente a Câmara tinha começado a formar uma opinião diferente quanto à localização do mercado. Isto porque, o Mercado de Odeceixe tem tido dificuldades em funcionar, o Mercado de Maria Vinagre já fechou, pois as pessoas não iam lá às compras e isto devido à evolução que se tem verificado no comércio. O Mercado do Rogil e o Mercado da Igreja Nova como são pequeninos têm vindo a aguentar-se, quanto ao Mercado de Aljezur até há algum tempo atrás funcionava mais ou menos bem, não obstante as queixas dos clientes relativamente aos preços praticados. O Mercado da Carrapateira também funciona mal face às condições que têm.----------
Assim, perante o actual cenário, disse ter reflectido acerca do futuro dos mercados municipais e dessa reflexão a hipótese que lhe parece fazer mais sentido tem a ver com o facto de que a Câmara já manifestou a sua disponibilidade para, num espaço do Município, vir a fazer um concurso para construção de uma média superfície.----------
Como já foi falado nesta Assembleia, o local indicado são as instalações onde actualmente funcionam os armazéns municipais e o pavilhão de feiras, visto que os mesmos serão desactivados logo que os serviços venham a ser transferidos para a Zona Industrial e para o novo Parque de Feiras e Exposições. Tendo em conta que a área é bastante grande, pensa que o Mercado ali ficaria bem localizado, visto que uma coisa atrai a outra.----------
Para além disso, disse ter sugerido ainda que eventualmente poderia vir a ser criado um tipo de *outlet* naquela área, que englobaria também o comércio local, que certamente daria origem a um pólo comercial bastante interessante.---------
O Senhor Johannes Schydlo alertou para a existência de um buraco bastante grande na estrada de Marmelete, na sequência de um acidente ocorrido com um camião.----------
Referiu ter ouvido dizer que foram colocados avisos em vários locais do concelho, avisando que teriam que ser registados os furos e os poços até ao dia trinta e um de Março, sugerindo que esse aviso fosse enviado juntamente com a factura da água, para que todas as pessoas tenham conhecimento.----------
Disse também que a iluminação pública do Bairro CAR está ligada durante o dia, assim como na Azia Nova, sendo que o dinheiro que está a ser gasto desnecessariamente poderia vir a ser investido na iluminação do Castelo.---------
Disse ainda que muitas pessoas juntam muitos detritos naturais, tais como ramagens e folhas, pelo que, surgiu a ideia de fazer uma central de compostagem no Concelho de Aljezur para aproveitar esses resíduos florestais e posteriormente vende-los sob a forma de adubo.----------
Referiu ainda que aquando da discussão do orçamento, na última assembleia, sentiu falta da palavra "sustentabilidade". Acha que esta Assembleia deveria discutir no âmbito da sustentabilidade do orçamento e do desenvolvimento do

*Concelho, e neste campo disse que gostaria de saber qual a situação da Agenda Vinte e Um relativamente a Aljezur.*----------

**O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**----------

*O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação à estrada de Marmelete, o Senhor Vereador Gonçalves ouviu e irá averiguar a situação.*----------

*Em relação ao aviso sobre os furos e poços, disse que possivelmente a Câmara poderá ter colaborado através da divulgação, mas que esse assunto é da responsabilidade da Administração Regional Hídrica do Algarve, uma entidade recentemente criada.*----------

*Quanto à iluminação pública, disse que essa era uma questão que, diariamente, a Câmara reclama com a EDP, pois em alguns casos tratam-se de avarias, mas em outros não, e basta o tempo estar mais nublado para as luzes estarem ligadas dias consecutivos. Relativamente à iluminação do Castelo disse que de facto considera que está bonito, no entanto, também considera que falta algo, pelo que a Câmara irá providenciar um outro projecto para melhorar a iluminação daquele espaço.*----------

*Em relação à situação da Agenda vinte e um, esclareceu que o processo está a decorrer, embora o mesmo tenha sido prejudicado devido ao facto de que a técnica que o acompanhava ter se encontrado a usufruir a licença de maternidade.*----------

*Quanto à questão das ramagens, disse que a mesma não é tão simples quanto isso, porque a Câmara tem um contrato de concessão com a Algar e a recolha de resíduos é da competência da empresa, inclusive esse tipo de resíduos, a Câmara não pode efectuar essa recolha. No entanto, há a possibilidade de vir a implantar uma central de produção de biomassa na Zona Industrial, com vista à produção de energia.*----------

*A Senhora Ana Santos referiu que, na sequência do que foi dito pelo Senhor Johannes relativamente ao Castelo de Aljezur, quando foi iniciada a obra tinha como objectivo o melhoramento do mesmo, o que até este momento ainda não foi conseguido. Considera que faltam pontos de luz, pois tanto no lado norte como no lado sul não existe nenhum e que, para conseguir o efeito desejado, deverá ser feito um desbaste de vegetação, para que a luz chegue mais perto do Castelo.*----------

*Disse ainda querer chamar a atenção para a iluminação do espaço envolvente ao Polidesportivo Municipal que, quando uma série de lâmpadas que se encontram fundidas e depois de substituídas também dão uma luz muito fraca, o que já possibilitou pelo menos um assalto a uma viatura que se encontrava no parque de estacionamento, sugerindo que fosse estudada a possibilidade de aumentar a potência da luz.*----------

*Perguntou ainda qual a situação das piscinas municipais? E para quando está previsto o funcionamento das mesmas? Se há alguma previsão.*----------

*O Senhor Presidente da Câmara disse que o problema das piscinas tinha a ver com o facto de que a água dos chuveiros apresentava-se oleosa, com um cheiro bastante desagradável. Que ainda estava a ser analisada a situação, no sentido de descobrir a origem do problema, e que ainda não havia uma previsão para a abertura das mesmas.*----------

*A Senhora Ana Santos disse que o importante é que quando as piscinas entrassem em funcionamento o mesmo seja definitivo. Disse ainda que deveria ser apurado de quem é a responsabilidade desta situação, pois a mesma implica grandes prejuízos para o Município.*----------

*O Senhor Amílcar Duarte perguntou se já alguma vez tinha sido equacionada a hipótese de utilizar da água da ETAR para rega, ou outro qualquer fim que não*

*seja o de ir directamente para a ribeira? Pois, ainda que a ETAR esteja a funcionar em pleno há sempre o aspecto psicológico, sobretudo no Verão.--------*
*Em relação à Agenda Vinte e Um considera que não é um assunto que seja entregue a um funcionário, sobretudo numa funcionária que se encontra grávida e em vias de gozar a licença de maternidade.----------*
*O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que quem está a fazer o trabalho é uma equipa que foi contratada pela Câmara, que a Engenheira Filipa apenas coordena os trabalhos que estão a ser desenvolvidos.----------*
*Em relação à questão da ETAR esta estava preparada para que se possa aproveitar a água. Que em tempos foi feita uma divulgação nesse sentido, no entanto não foi bem aceite pela população, que pelos vistos tem a ver com o tal efeito psicológico.----------*
*O Senhor Amílcar Duarte referiu que essa água deveria ser aproveitada para rega de jardins.----------*

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### PONTO NÚMERO UM

**APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CORRECÇÃO À ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**: – *Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte três de Dezembro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.----------*
*Posto á votação, foi a proposta de correcção à alteração do Regulamento do Plano Director Municipal, aprovado por unanimidade.----------*

### PONTO NÚMERO DOIS

**SARAH ZUCKSHWERD E JOSÉ LÚCIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA, RESTITUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA PAGA COMO CAUÇÃO – LOTE NÚMERO QUINZE DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE MARIA VINAGRE**: – *Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de treze de Janeiro de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.----------*
*O Senhor Manuel Cristo perguntou qual o valor aproximado para venda deste tipo de lotes para construção? Considera que se estas pessoas não constroem no Município de Aljezur, então irão embora para outro lado. Disse ainda que deveria ser equacionada a possibilidade de oferecer estes lotes de terreno, nomeadamente, no caso de casais jovens, para incentivá-los a fixarem-se na sua terra ao invés de a abandonarem, situação que é recorrente principalmente em Municípios pequenos como o nosso.----------*
*A Senhora Presidente da Assembleia referiu que esta situação não tinha a ver com o preço dos lotes, mas sim com a obtenção de financiamento bancário para a construção da habitação.----------*
*O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que o preço de venda dos lotes é de cinquenta euros, por metro quadrado.----------*
*O Senhor Manuel Cristo disse que pensava ser mais caro, que assim os lotes não têm um valor muito elevado.----------*
*A Senhora Rosa Cigarra questionou acerca das alterações ao Regulamento que tinham sido feitas há algum tempo atrás.----------*
*A Senhora Vereadora Fátima Neto informou que as alterações que foram feitas tinham a ver com o facto de isentar as pessoas do pagamento dos juros de mora. Neste caso tem a ver com a devolução do valor pago como caução, logo tem que ser aprovado pela Assembleia.----------*
*Posto à votação, foi a restituição da importância paga como caução do lote número quinze do Loteamento Municipal de Maria Vinagre – Sarah Zuckscherd e*

José Lúcio dos Santos Oliveira Duarte, aprovada por unanimidade.----------

**PONTO NÚMERO TRÊS**

**APROVAÇÃO DE ACÇÕES SUPLEMENTARES DO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dez de Fevereiro de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.----------

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que este conjunto de medidas que foram aprovadas na Câmara Municipal tem que ser sujeitas à aprovação da Assembleia, uma vez que estão em causa determinados pagamentos/subsídios. Que as mesmas foram preparadas na sequência da actual conjuntura económica do Município de Aljezur, tal como se verifica a nível nacional e internacional. Houve também uma preocupação por parte da ANMP, no sentido de que os Municípios se preparassem para a necessidade de virem a apoiar os seus munícipes.----------

Esclareceu também que todas as medidas apresentadas tenham que necessariamente vir a ser aplicadas na íntegra tal e qual aqui estão, no entanto, convinha salvaguardar as mais diversas possibilidades. São um conjunto de medidas ao qual a Câmara poderá recorrer em casos de emergência e, só, em situações em que as medidas a aplicar pela Segurança Social e pelo Instituto do Emprego não funcionem.----------

**O SENHOR VÍTOR MANUEL DA ENCARNAÇÃO VICENTE PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**----------

A Senhora Rosa Cigarra, relativamente à medida três, perguntou se é necessário que as pessoas estejam desempregadas desde há seis meses, para terem direito a subsídio?----------

A Senhora Vereadora Fátima Neto respondeu que não, que têm direito a subsídio as pessoas que estejam desempregadas há dois ou três meses. Não serão contempladas pessoas que se encontrem desempregadas há mais de seis meses, precisamente para que não seja criada habituação.----------

A Senhora Rosa Cigarra disse que tal como está dá a ideia de que, se alguém ficar desempregado agora, não tem direito a subsídio.----------

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que só serão balizadas pessoas que perderam o emprego no período contemplado desde o mês de Setembro de dois mil e oito para diante e enquanto durar a medida. As que já se encontravam desempregadas antes dessa data não estão consideradas nestas medidas.---------

A Senhora Ana Santos disse concordar plenamente com estas medidas, que considera bastante importantes. Disse que houve o cuidado de "não oferecer o peixe, mas ensinar a pescar", que é o essencial neste tipo de programas. Disse querer alertar para que, aquando da elaboração das normas para atribuição dos apoios, deve haver bastante cuidado pois, apesar de tudo, podem vir a surgir dúvidas na interpretação dessas normas. No que concerne aos apoios à saúde e à aquisição de medicamentos por parte dos idosos, disse ser um aspecto bastante importante, pois é do conhecimento geral que existem muitos casos de idosos que só compram metade dos medicamentos, por não terem dinheiro para comprar todos os que lhes são receitados, outros até que quando compram os medicamentos, não os tomam correctamente para poderem durar mais tempo. Situação que considera bastante grave, pois é da toma desses medicamente que resulta o bem-estar das pessoas em causa.----------

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que em Aljezur essas situações acontecem, o que é muito preocupante. ----------

A Senhora Ana Santos perguntou se já havia ideia de qual seria o valor mensal, aproximadamente, a gastar com estes apoios.----------

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que já tinha feito um estudo

*aproximado, tendo em conta os casos que actualmente são do seu conhecimento, e que, caso estas medidas venham a funcionar em pleno, o valor ronda os sessenta mil euros anuais.*----------
*O Senhor Amílcar Duarte disse achar que era muito positivo o facto da Câmara tentar corresponder às situações mais graves no nosso Concelho, resultantes das várias crises que o País vem atravessando ultimamente. Por outro lado, há que também não facilitar demasiado a "vida fácil", a habituação. Considera importante ajudar as pessoas a encontrarem alternativas de vida. Disse haver outras medidas, já tomadas por outros Municípios, que dizem respeito ao apoio directo ao medicamento e que também considera interessantes.*----------
*Quanto à participação das Conferências disse não ter nada contra que se organizem, mas quis manifestar a sua reserva sempre que vê a Igreja Católica a fazer propaganda da fé cristã, à custa dos dinheiros públicos, quando a Igreja Católica, em si, e com toda a imponente riqueza que possui, ainda não tomou nenhuma medida para atenuar seja o que for em relação à crise.*----------
*Disse que por um lado é importante apoiar as pessoas, mas por outro elas acabem por receber esse apoio da "beata de serviço", que irá dar também todo o apoio moral, etc. etc.* ----------
*Referiu outra questão que, apesar de não ter a ver com esta situação, poderia ir ao encontro da realidade actual, tem a ver com as dinâmicas que poderão ser encontradas para o desenvolvimento da economia do Município de Aljezur, qual a sustentabilidade para essa mesma economia, mas que esse era um assunto a discutir noutra altura pois tem que ser muito bem ponderado.*----------
*O Senhor José Marreiros disse ter sido demonstrada alguma falta de informação acerca das Conferências e, com alguma ironia à mistura, o que não lhe parece muito correcto. Disse que as senhoras que estão à frente dessas Instituições são um grupo de pessoas muito empenhadas, que realmente se regem pela fé cristã, mas que não estão sujeitas às implicações da Igreja para desenvolverem o seu trabalho. Inclusive, estas instituições até têm associados.*----------
*Posto à votação, foram as acções suplementares no âmbito da Acção Social, aprovadas por unanimidade.*----------
**INTERVALO**: – *Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.*----------
**REINÍCIO DOS TRABALHOS**: – *Reiniciados os trabalhos, verificou-se a ausência do membro Manuel António Custódio Rosendo, devidos a motivo de saúde, pelo que solicitou ao Senhor José Carlos Pacheco da Silva, para ocupar o seu lugar para que a Mesa fique completa.* ----------

**PONTO NÚMERO QUATRO**

**APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CÓPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM REGIME DE ALUGUER OPERACIONAL**: – *Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dezanove de Fevereiro de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.*----------
*O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que trata-se efectivamente da aquisição de um serviço de gestão documental, cujo estudo foi feito pelo Gabinete de Informática e que apontou alguma melhoria do ponto de vista económico. Disse ainda que este assunto carecia da aprovação da Assembleia Municipal, visto se tratar de uma vigência de cinco anos e de um concurso público.*----------
*A Senhora Ana Santos perguntou se a Câmara tinha conhecimento de quanto é que custaria cada um dos aparelhos, em caso de compra? Pois os valores aqui em*

causa parecem-lhe bastante exagerados.----------
O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que, em caso de compra, seguramente que o valor seria mais elevado, por unidade, pois este é um sistema integrado. Informou ainda que foram feitas diversas consultas ao mercado, antes da Câmara tomar esta decisão, e que esta opção é um meio-termo de tudo o que foi analisado.----------
A Senhora Ana Santos disse ainda que, tendo em conta a crise actual e consequente contenção de despesas, lhe parece exagerado o facto de serem adquiridos dois aparelhos de tamanha dimensão para as Piscinas Municipais, por exemplo. Certamente que existirão outros sectores mais carentes do que o referido.----------
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que obviamente que sim, mas que o que estava reflectido nos valores apresentados é o sistema integrado de toda a maquinaria e os ganhos que irão ser obtidos, em vez de estar a adquirir a mesma e os respectivos custos com toners, reparações, manutenção, etc. No entanto, esta decisão não foi tomada por vaidade, mas sim por necessidade, como é óbvio.----------
A Senhora Ana Santos voltou a referir que, em sua opinião, considera os preços muito elevados. Que se há pouco considerou bem aplicados os prováveis sessenta mil euros para as Medidas atrás aprovadas, agora considera que os valores apresentados são um despesismo.----------
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que obviamente que tinha que contrariar essa opinião, pois um despesismo não é certamente, uma vez que isto é feito à medida das necessidades da Autarquia.----------
O Senhor Vítor Vicente disse que também ele tinha sérias dúvidas acerca deste processo, nomeadamente em relação ao facto de que possa ser mais económico do que a aquisição. Certamente que foram feitos estudos no sentido de haver um conhecimento acerca dos custos médios com toner e com a assistência, no entanto também se sabe que as empresas que se dedicam aos alugueres de longa duração, naturalmente que é para terem lucros e que estes sistemas tem sempre custos muito mais elevados, do que em caso de venda. Quanto aos equipamentos destinados ao Pavilhão Municipal e às Piscinas, por exemplo, disse não duvidar da sua necessidade, mas que considera não serem necessárias máquinas desta dimensão e desta capacidade. Disse ainda ser bastante interessante saber o valor de mercado de cada um destes equipamentos, para que pudesse ser feita uma comparação. Pois crê que haveriam outras soluções mais vantajosas para a Autarquia a nível económico, quer seja através da aquisição, quer seja através de leasing.----------
O Senhor Amílcar Duarte questionou o facto das Piscinas e do Pavilhão Municipal necessitarem de impressora e scanner A três, referindo que na Faculdade onde trabalha existe apenas uma impressora e um scanner A três.-----
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que não ia entrar em comparações. Tal como já referiu o que está aqui em causa é todo o sistema integrado de gestão e que, obviamente, que a Câmara vai ter proveitos económicos desta aquisição.----------
O Senhor Vítor Vicente disse que, se este assunto foi bem estudado até chegarem à conclusão que esta é a solução mais económica, então há números! Logo perguntou ao Vice-Presidente da Câmara quanto é que este sistema custaria por compra? Quanto é que custaria o contrato de assistência durante os cinco anos? E, quanto é que custaria o toner para estes equipamentos durante o mesmo período? Pois só tendo conhecimento desses números e fazendo uma comparação é que poderá ter uma opinião mais clarificada e concreta acerca do assunto.-----
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que claramente que a dúvida poderá

*persistir-lhe, no entanto não tem esses números consigo. Mas que esta é a forma mais barata de adquirir este serviço.*----------

**O SENHOR FERANADO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**----------

*O Senhor Vítor Vicente voltou a frisar que continuava a não ter dúvidas de que, haveria outra forma mais barata de o fazer ao invés desta.*----------

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que teria o maior gosto em pedir que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para que, na próxima sessão da Assembleia, possa estar presente um técnico, afim de fazer uma demonstração de todos os estudos que foram efectuados acerca desta matéria.*---

*Pela Senhora Presidente da Assembleia foi a autorização para abertura de concurso público para colocação de equipamento de cópia, impressão, digitalização e prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em regime de aluguer operacional, retirada da Ordem de Trabalhos e ser discutida na próxima sessão.*----------

**PONTO NÚMERO CINCO**

**APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO À AMR, PPI E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E NOVE**: *– Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dezanove de Fevereiro de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.*----------

*O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que esta revisão tem a ver com a inclusão de algo que não estava previsto, mais concretamente com a reprogramação da candidatura, que já se encontrava encerrada, do centro escolar do Rogil para construção de mais uma sala de aulas e, também com a implementação de uma medida do Programa PRODER, que tem a ver com a realização de aceiros e limpezas florestais que irão ser executados através da Terras do Infante – Associação de Municípios.*----------

*Posto à votação, foi a Primeira Revisão à AMR, PPI e Orçamento para dois mil e nove, aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.*----------

**PONTO NÚMERO SEIS**

**TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE AS PORTARIAS NÚMEROS CENTO E QUARENTA E TÊS BARRA DOIS MIL E NOVE E CENTO E QUARENTA E QUATRO BARRA DOIS MIL E NOVE, DE CINCO DE FEVEREIRO, APLICADAS À PESCA LÚDICA NO PNSACV:** *– A Senhora Presidente da Assembleia informou que esta tomada de posição vem na sequência d aprovação destas Portarias que mais uma vez vêm condicionar e limitar a actividade da pesca lúdica no Concelho de Aljezur, por isso, é importante demonstrar o descontentamento e indignação pela aprovação destas medidas.*----------

"TOMADA DE POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE AS PORTARIAS CENTO E QUARENTE E TRÊS BARRA DOIS MIL E NOVE E CENTO E QUARENTA E QUATRO BARRA DOIS MIL E NOVE, DE CINCO DE FEVEREIRO – PESCA LÚDICA NO PNSACV----------

*A Assembleia Municipal de Aljezur tomou conhecimento da aprovação das Portarias números cento e quarenta e têS barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro, que definem os condicionalismos específicos no exercício da pesca lúdica no PNSACV, procedeu à sua análise e considera que:*----------

*- Quando da aprovação da Portaria número oitocentos e sessenta e oito barra dois mil e seis, de vinte e nove de Agosto, a Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária de vinte e dois de Setembro de dois mil e seis, deliberou por unanimidade, uma proposta de revisão desta Portaria, na qual considerava importante a actividade da pesca lúdica estar sujeita a legislação e*

*regulamentação próprias, sob pena de não se conseguir no futuro, assegurar a sustentabilidade dos recursos marinhos, sua conservação e gestão racional;------*
*- Manifestou, no entanto, discordância na aplicação das normas restritivas à pesca lúdica, por não terem em conta as realidades sociais, culturais e económicas específicas do Município de Aljezur;----------*
*- Mais uma vez, a aprovação destas Portarias ignorou completamente as decisões da Assembleia Municipal, assim como, os contributos vários para a alteração da legislação em vigor dados pelo Município de Aljezur e pelos restantes Municípios da área do PNSACV;----------*
*- As normas constantes das referidas Portarias não respondem às necessidades das populações, que têm o mar como uma forma de vida, e em muitos casos uma fonte suplementar de sustento, em particular os idosos e os mais carenciados;---*
*- Por outro lado, a actividade da pesca lúdica assume grande importância para a actividade económica no Concelho, através da atracção de um segmento especifico de turistas relacionados com esta actividade, pelo que, consideramos que a limitação dos dias de pesca, introdução de um período de defeso a várias espécies e proibição de apanha a não residentes na área do Parque Natural é manifestamente prejudicial para o pequeno comércio. Os pescadores oriundos de outros Municípios fora do PNSACV deixarão de escolher este Concelho como destino de férias e fins-de-semana;----------*
*- Mais, entendemos que a aplicação destas normas não traz melhorias na preservação da fauna e flora existente no PNSACV;----------*
*- Vivemos momentos difíceis, motivados pela crise económica, aumentou o desemprego, agravaram as condições sociais e económicas das famílias, pelo que não entendemos como são tomadas medidas tão restritivas para os residentes das áreas protegidas, sem uma avaliação prévia da situação específica de cada região;----------*
*- Ainda mais, quando as Autarquias desenvolvem esforços para encontrar soluções para minimizar o impacto que a crise provocou a muitas famílias que neste momento se encontram numa situação de desemprego e sem recursos próprios;----------*
*- Pelas razões apontadas, a Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada em vinte sete de Fevereiro de dois mil e nove, apela ao Governo para revogar as referidas Portarias, evitando assim os graves prejuízos que estas acarretariam para as populações.----------*
*Esta tomada de posição deve ser enviada às seguintes entidades:----------*
*- Primeiro-Ministro----------*
*- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas*
*- Ministério do Ambiente, do Ordenamento Território e do Desenvolvimento Regional----------*
*- Ministério da Economia e da Inovação----------*
*- ICNB----------*
*- Grupos Parlamentares----------*
*- Governo Civil de Faro----------*
*- CCDR Algarve----------*
*- Comunidade Inter Municipal do Algarve----------*
*- Assembleias e Câmaras Municipais da área do PNSACV----------*
*- Comunicação Social"----------*
*O Senhor José Marreiros deu conhecimento da tomada posição tomada pelas Juntas de Freguesia abrangidas pelo Parque Natural sobre este assunto.----------*
*Posto à votação, foi a tomada de posição da Assembleia Municipal sobre as Portarias números cento e quarenta e tês barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro, aplicadas à pesca*

*lúdica no PNSACV, aprovada por unanimidade.*----------

**PONTO NÚMERO SETE**

**DISCUSSÃO SOBRE O REGULAMENTO DE ORDENAMENTO DO PNSACV**: – *A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que o objectivo de introduzir este ponto na Ordem de Trabalhos, é o de dar conhecimento aos membros da Assembleia de todos os passos que têm sido dados sobre este assunto.*----------

*Pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados esclarecimentos, designadamente sobre o facto de na última reunião com o Senhor Ministro do Ambiente e os Secretários de Estado, este tinha referido que de facto foi constatado a existência de uma série de normas que não faziam sentido e que já existia uma nova proposta de Regulamento quase preparada, que posteriormente iria ser enviada às Câmaras Municipais para ser novamente discutida no próximo mês de Março. Referiu desconhecer o conteúdo dessa proposta, mas que, no que diz respeito às coisas que directamente dizem respeito ao desenvolvimento do Município de Aljezur, tem algumas dúvidas e só vendo é que poderá concluir se a mesma tem algum interesse, ou não.*----------

*A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se nas reuniões que tem tido, tem notado alguma receptividade em acolher as propostas feitas pelos Municípios da área do Parque?*----------

*O Senhor Presidente da Câmara referiu que todas as entidades na Comissão de Acompanhamento contestaram o documento. Inclusive, aquando da sua ida ao Turismo de Portugal afim de apresentar o documento, esta entidade informou também ter dado parecer desfavorável, o que não é muito comum. Disse que, pela forma de actuação do Ministério do Ambiente, nomeadamente do Senhor Secretario de Estado, nota alguma dificuldade em impor a sua vontade.*----------

*Relativamente à questão da pesca lúdica, disse que o Senhor Ministro do Ambiente e o Senhor Secretário de Estado o tinham ouvido com alguma preocupação, acerca do que se estava a passar, no entanto, viu-os com dificuldade em encontrar a melhor forma de dar a volta ao assunto. Isto porque, suspender e revogar o diploma, isso não o fazem, pois isso é a mesma coisa que admitir o erro, facto muito improvável de ser admitido na política. O que transmitiram, foi que, no âmbito da rectificação que poderá ser feita num prazo de sessenta dias após a publicação do diploma, iriam tentar introduzir uma forma de dar resposta às preocupações que têm sido transmitidas. Ficaram de dar conhecimento das propostas, aos Municípios, antes das mesmas serem aprovadas.*----------

**PONTO NÚMERO OITO**

**APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: – *Não se verificou qualquer intervenção, neste ponto da Ordem de Trabalhos.*----------

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

*Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.*----------

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**: – *Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.*----------

**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS**: – *Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.*----------

**ENCERRAMENTO**: – *E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas vinte e três horas dez minutos do dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.*----------

*E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.*----------

***

A Presidente

_____

A Primeiro-Secretário

_____